

1 Contexto operacional

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo ("B3") e é controlada diretamente pela Cosan S.A., com a participação de 99,14%.

Em 04 de junho de 2019 ocorreu o leilão da Oferta Pública Voluntária de Aquisição de Ações da Companhia, pelo qual a Cosan adquiriu 2.479.066 ações ordinárias e 2.812.632 ações preferenciais de emissão da Companhia.

O contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em 31 de maio de 1999, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP).

O Contrato outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por 20 anos mediante requerimento da concessionária e aprovação subsequente do poder concedente, bem como as regras para os procedimentos de revisão tarifária quinzenal e os indicadores de qualidade e de segurança a serem cumpridos.

A ARSESP é responsável por regular, controlar e monitorar as operações de energia no Estado de São Paulo.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas devam ser reajustadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

Excepcionalmente, a regulação permite reajustar o custo de gás em período inferior a um ano, desde que determinados critérios sejam atingidos, em função da diferença entre o custo de gás contido na tarifa e aquele pago pela concessionária ao seu fornecedor (Deliberação ARSESP 308/2012).

Em 01 de fevereiro de 2019 a ARSESP publicou a Deliberação nº 849, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte contido nas tarifas, que varia de acordo com o preço internacional do petróleo e a taxa de câmbio. Além disso, realizou o repasse do conta corrente regulatório, acumulado dos últimos 12 meses. Houve um aumento médio de 11% para o segmento residencial, 14% para o segmento comercial, 32% para o segmento industrial e 40% para o segmento automotivo (gás natural veicular - GNV).

Em 26 de fevereiro de 2019 a ARSESP publicou a Deliberação nº 852 que reduziu o percentual de variação das tarifas da Companhia, por meio do diferimento no tempo. As reduções foram aplicadas a todos os segmentos de forma distinta, sendo elas: (3%) no segmento residencial; (4%) para o segmento comercial; (7%) para o segmento industrial; e (8%) para o segmento automotivo, considerando a tarifa aplicada para os postos de combustíveis. O reajuste entrou em vigor em 01 de março de 2019 e foi mantido até a data base de atualização das tarifas da Companhia em 31 de maio de 2019.

Em 23 de maio de 2019 a ARSESP publicou a Nota Técnica Final NTN-0030-2019 e o Relatório Circunstanciado referente à conclusão da 4ª Revisão Tarifária Ordinária da Companhia, compreendida no período de 31 de maio de 2018 a 30 de maio de 2024. A Nota Técnica Final NTF-0030-2019 determinou, em relação à Margem Máxima (P0), o valor de R\$ 0,5182 por metro cúbico, em moeda de abril de 2018, tendo seu valor reajustado pela variação do IGP-M no período compreendido entre maio de 2018 e abril de 2019 e descontados do Fator X. Para o Fator X, o percentual estabelecido foi de 0,52% ao ano.

Em 31 de maio de 2019, a ARSESP publicou a Deliberação nº 875, com efeitos prospectivos a partir de 01 de junho de 2019, denominada revisão tarifária quinquenal, com alterações nas tarifas da Companhia para todos os segmentos de consumo. Estas alterações são resultado da readequação das margens de distribuição da Companhia, de acordo com processo de Revisão Tarifária e também do repasse dos custos de gás comprados de seu fornecedor.

Em 06 de dezembro de 2019, a ARSESP publicou a Deliberação nº 933, para fins de compensação não tarifária à Concessionária, o valor de R\$ 697.233 em moeda de abril de 2018, antes de atualizações monetárias, resultado da 3ª Revisão Tarifária Ordinária, a ser aplicado na forma que vier a ser definida pelo Poder Concedente até 31 de maio de 2020. Com a publicação da referida Deliberação, não há mais discussões de natureza tarifária relativas a períodos anteriores com a Agência Reguladora. O valor indicado na deliberação não foi reconhecido nestas demonstrações financeiras.

2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão sendo elaboradas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Essas demonstrações financeiras apresentam a reclassificação de saldos comparativos. O saldo de obras em andamento, no valor de R\$ 217.855 antes classificado dentro do intangível, de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, vigente para

exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, deve ser classificado como ativo de contrato. É uma reclassificação de contas do ativo, no mesmo grupo de balanço, ativo não circulante, sem qualquer impacto no resultado dos exercícios apresentados, bem como sem impactos nos fluxos de caixa da Companhia.

| | Nota | 31/12/2018 (Publicado) | Impacto CPC 47/ IFRS15 | 31/12/2018 (Reclassificado) |
|-------------------------------|------|---------------------------|---------------------------|--------------------------------|
| Ativos | | | | |
| Ativo circulante | | 3.232.515 | - | 3.232.515 |
| Outros ativos não circulantes | | 338.909 | - | 338.909 |
| Ativos de contrato | 8 | - | 217.855 | 217.855 |
| Intangível | 9 | 4.789.153 | (217.855) | 4.571.298 |
| Ativo não circulante | | 5.128.062 | - | 5.128.062 |
| Total do ativo | | 8.360.577 | - | 8.360.577 |

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2020.

3 Políticas contábeis

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo.

3.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$). O real é a moeda funcional uma vez que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera, gera e consome caixa.

3.2 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham

efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. Nota 6.3 - Contas a receber de clientes
- ii. Nota 6.8 - Mensurações de valor justo reconhecidas
- iii. Nota 9 - Ativos Intangíveis
- iv. Nota 11 - Compromissos
- v. Nota 12 - Imposto de renda e contribuição social
- vi. Nota 13 - Provisão para demandas judiciais
- vii. Nota 21 - Benefícios pós-emprego
- viii. Nota 22 - Pagamento com base em ações

3.3 Mudanças nas políticas contábeis significativas

3.3.1 CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia adotou, inicialmente a partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2)/ IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados à data de adoção, e, portanto, a informação comparativa não foi reapresentada e continua a ser reportada de acordo com o CPC 06 (R1)/ IAS 17 e ICPC 03/ IFRIC 4.

A Companhia arrenda edificações e equipamentos. Os contratos de arrendamento são normalmente celebrados por períodos fixos, mas podem ter opções de extensão. Os termos do arrendamento são negociados individualmente e contêm uma ampla variedade de termos e condições diferentes. Os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

Política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2019:

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e o custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo do direito de uso é amortizado pelo prazo mais curto entre a sua vida útil e o prazo do contrato de arrendamento, pelo método linear.

Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil são inicialmente mensurados com base no valor presente.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, incluindo o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos futuros de aluguel, excluindo contraprestações variáveis/ contingentes.

Pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de locação de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor compreendem equipamentos de informática e pequenos itens de mobiliário de escritório.

As opções de extensão e rescisão estão incluídas em vários arrendamentos de edificações e equipamentos em toda a Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gerenciamento de contratos. A maioria das opções de prorrogação e rescisão são exercíveis somente pelo arrendatário.

Para otimizar os custos de arrendamento durante o período do contrato, a Companhia algumas vezes fornece garantias de valor residual em relação aos arrendamentos de equipamentos.

O impacto na posição patrimonial da Companhia em 1º de janeiro de 2019 foi conforme segue:

| | |
|---------------------------------|----------------------|
| Ativo não circulante | |
| Direito de uso | 12.961 |
| Total do ativo não circulante | <u>12.961</u> |
| Total do ativo | <u>12.961</u> |
| Passivo circulante | |
| Arrendamentos | 2.199 |
| Total do passivo circulante | <u>2.199</u> |
| Passivo não circulante | |
| Arrendamentos | 10.762 |
| Total do passivo não circulante | <u>10.762</u> |
| Total do passivo | <u>12.961</u> |

A Companhia adotou a taxa incremental média ponderada sobre empréstimos de 8,07% ao ano, para mensurar os passivos de arrendamento reconhecidos na data de aplicação do pronunciamento.

3.3.2 Outras normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019, sem efeitos nas demonstrações financeiras

Interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

Não foram identificados efeitos relevantes da adoção da interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 que afetassem as políticas contábeis da Companhia e essas demonstrações financeiras.

3.4 Fluxo de caixa

i. Transações que não envolvem caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

- i. Aumento de capital no valor de R\$ 386.283 (R\$ 168.828 em 2018) mediante: (i) capitalização da reserva de ágio no montante de R\$ 56.276 (R\$ 168.828 em 2018); e (ii) capitalização da totalidade da reserva legal no montante de R\$ 330.007.
- ii. No exercício de 2019 as aquisições de ativos para construção da rede de distribuição com pagamento a prazo no montante de R\$ 123.011.

ii. Classificação de juros

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera que se referem aos custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e alterações às normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A adoção antecipada, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Nenhum outro novo pronunciamento contábil emitido ou em vigor durante o exercício fiscal teve ou deverá ter um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

5 Informações por segmento

A Administração analisa o desempenho financeiro considerando o resultado bruto econômico separadamente por segmento de negócio. A agência reguladora determina as tarifas pelos diversos segmentos de negócio. A Companhia não efetua análises de ativos por segmento para gestão dos negócios. Por fim, a definição de unidade geradora de caixa, representando o menor ativo em uso que gera entradas de caixa, no contexto da Companhia, não pode ser segregada por segmento, pois a mesma tubulação distribui gás para consumidores de segmentos diferentes.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

A composição da margem por segmento é a seguinte:

Margem por segmento - 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019

| Segmentos | Residencial | Comercial | Industrial | Cogeração | Automotivo | Receita de construção | Outras receitas ⁽ⁱ⁾ | Total |
|---|-------------|-----------|-------------|-----------|------------|-----------------------|--------------------------------|------------------|
| Volumes m³ mil (não auditado) | 279.450 | 160.573 | 3.516.469 | 333.800 | 222.079 | - | - | 4.512.371 |
| Receita bruta | 1.680.569 | 658.400 | 7.809.312 | 517.805 | 454.864 | 813.341 | 73.342 | 12.007.633 |
| Deduções | (385.462) | (150.850) | (1.763.712) | (80.478) | (104.227) | - | (8.682) | (2.493.411) |
| Receita líquida | 1.295.107 | 507.550 | 6.045.600 | 437.327 | 350.637 | 813.341 | 64.660 | 9.514.222 |
| Passivo regulatório | (28.879) | (12.167) | (173.354) | (9.916) | (11.909) | - | (34.683) | (270.908) |
| Custo | (361.492) | (206.876) | (4.528.404) | (351.035) | (285.901) | (813.341) | 144.711 | (6.402.338) |
| Resultado bruto econômico | 904.736 | 288.507 | 1.343.842 | 76.376 | 52.827 | - | 174.688 | 2.840.976 |
| Reversão do ativo (passivo) regulatório | | | | | | | | 270.908 |
| Resultado bruto contábil | | | | | | | | 3.111.884 |
| Despesas com vendas | | | | | | | | (154.908) |
| Despesas gerais e administrativas | | | | | | | | (742.109) |
| Outras despesas operacionais, líquidas | | | | | | | | (40.523) |
| Despesas operacionais | | | | | | | | (937.540) |
| Despesas financeiras | | | | | | | | (405.098) |
| Receitas financeiras | | | | | | | | 205.637 |
| Variação cambial | | | | | | | | (27.518) |
| Derivativos | | | | | | | | 46.598 |
| Resultado financeiro, líquido | | | | | | | | (180.381) |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | | | | | | | | 1.993.963 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | | | | (626.784) |
| Resultado líquido do exercício | | | | | | | | 1.367.179 |
| Reconciliação LAJIDA | | | | | | | | |
| Resultado líquido do exercício | | | | | | | | 1.367.179 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | | | | 626.784 |
| Resultado financeiro, líquido | | | | | | | | 180.381 |
| Amortizações | | | | | | | | 338.269 |
| Outras amortizações | | | | | | | | (601) |
| LAJIDA | | | | | | | | 2.512.012 |

(i) Na linha de custo houve o reconhecimento do efeito da transação denominada "Gás pago e não retirado" para o exercício. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 8 nas demonstrações financeiras.

Margem por segmento - 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018

| Segmentos | Residencial | Comercial | Industrial | Cogeração | Automotivo | Receita de construção | Outras receitas (i) | Total |
|---|-------------|-----------|-------------|-----------|------------|-----------------------|---------------------|------------------|
| Volumes m³ mil (não revisado) | 276.153 | 156.464 | 3.557.349 | 327.399 | 225.933 | - | - | 4.543.298 |
| Receita bruta | 1.278.477 | 501.553 | 5.708.952 | 379.718 | 340.967 | 415.753 | 69.788 | 8.695.208 |
| Deduções | (292.404) | (114.484) | (1.297.215) | (63.793) | (78.154) | - | (9.147) | (1.855.197) |
| Receita líquida | 986.073 | 387.069 | 4.411.737 | 315.925 | 262.813 | 415.753 | 60.641 | 6.840.011 |
| Ativo (passivo) regulatório | 26.675 | 18.454 | 479.531 | 32.058 | 13.067 | - | (24.790) | 544.995 |
| Custo | (277.504) | (156.388) | (3.542.551) | (277.084) | (228.415) | (415.753) | (4.020) | (4.901.715) |
| Resultado bruto econômico | 735.244 | 249.135 | 1.348.717 | 70.899 | 47.465 | - | 31.831 | 2.483.291 |
| Reversão do ativo (passivo) regulatório | | | | | | | | (544.995) |
| Resultado bruto contábil | | | | | | | | 1.938.296 |
| Despesas com vendas | | | | | | | | (146.400) |
| Despesas gerais e administrativas | | | | | | | | (712.398) |
| Outras despesas operacionais, líquidas | | | | | | | | 763.609 |
| Despesas operacionais | | | | | | | | (95.189) |
| Despesas financeiras | | | | | | | | (448.034) |
| Receitas financeiras | | | | | | | | 482.342 |
| Variação cambial | | | | | | | | (93.810) |
| Derivativos | | | | | | | | 138.275 |
| Resultado financeiro, líquido | | | | | | | | 78.773 |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | | | | | | | | 1.921.880 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | | | | (582.447) |
| Resultado líquido do exercício | | | | | | | | 1.339.433 |
| Reconciliação LAJIDA | | | | | | | | |
| Resultado líquido do exercício | | | | | | | | 1.339.433 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | | | | 582.447 |
| Resultado financeiro, líquido | | | | | | | | (78.773) |
| Amortizações | | | | | | | | 343.157 |
| Outras amortizações | | | | | | | | (556) |
| LAJIDA | | | | | | | | 2.185.708 |

(i) Na linha de custo houve o reconhecimento do efeito da transação denominada "Gás pago e não retirado" para o exercício. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 8 nas demonstrações financeiras.

6 Ativos e passivos financeiros

Prática contábil:

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos financeiros tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia também não reconhece um passivo financeiro quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

| | <u>Nota</u> | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|---|-------------|--------------------|--------------------|
| Ativos | | | |
| Valor justo por meio do resultado | | | |
| Aplicações em fundos de investimentos (equivalentes de caixa) | 6.1 | 608.660 | 190.413 |
| Títulos e valores mobiliários | 6.2 | 200.233 | 1.124.723 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6.7 | 374.730 | 368.928 |
| | | 1.183.623 | 1.684.064 |
| Custo amortizado | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6.1 | 474.750 | 412.205 |
| Contas a receber de clientes | 6.3 | 987.397 | 695.147 |
| Recebíveis de partes relacionadas | 6.4 | 1.820 | 1.158 |
| | | 1.463.967 | 1.108.510 |
| Total | | 2.647.590 | 2.792.574 |
| Passivos | | | |
| Custo amortizado | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 6.5 | (3.733.157) | (1.987.134) |
| Fornecedores | 6.6 | (1.154.206) | (1.012.895) |
| Outros passivos financeiros | | (92.111) | (52.868) |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | | (1.450) | (11.551) |
| Parcelamento de débitos tributários | | (6.818) | (7.105) |
| Arrendamentos | | (10.843) | - |
| Pagáveis a partes relacionadas | 6.4 | (6.515) | (14.994) |
| | | (5.005.100) | (3.086.547) |
| Valor justo por meio do resultado | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 6.5 | (1.511.785) | (1.664.411) |
| | | (1.511.785) | (1.664.411) |
| Total | | (6.516.885) | (4.750.958) |

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Prática contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| Bancos conta movimento | 82.422 | 39.973 |
| Aplicações financeiras | 1.000.988 | 562.645 |
| | 1.083.410 | 602.618 |

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Aplicações em fundos de investimento | | |
| Operações compromissadas | 608.660 | 190.413 |
| | 608.660 | 190.413 |
| Aplicações em bancos | | |
| Certificado de depósitos bancários - CDBs | 392.328 | 372.232 |
| | 392.328 | 372.232 |
| | 1.000.988 | 562.645 |

Operações compromissadas referem-se a compras de ativos, com compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, geralmente com prazo determinado de 90 dias ou menos ou para os quais não há penalidades ou outras restrições para resgate antecipado.

Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, são títulos emitidos por instituições financeiras brasileiras com vencimentos originais de 90 dias, ou menos, para os quais não há penalidades ou outras restrições para resgate antecipado.

As aplicações financeiras da Companhia são rentabilizadas a taxas em torno de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

6.2 Títulos e valores mobiliários

Prática contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento de três até doze meses e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Títulos e valores mobiliários | | |
| Títulos públicos | 200.233 | 1.124.723 |
| | 200.233 | 1.124.723 |

Títulos públicos possuem taxa de juros atrelada à SELIC e vencimento entre dois e cinco anos com liquidez diária.

6.3 Contas a receber de clientes

Prática contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de créditos esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis. A Companhia identificou a taxa de juros implícita no contrato como sendo o fator mais relevante e, conseqüentemente, ajusta as taxas de perdas históricas com base nas mudanças esperadas nesse fator.

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Contas de gás a receber | 433.681 | 327.570 |
| Receita não faturada ⁽ⁱ⁾ | 622.572 | 430.596 |
| Devedores por venda de equipamentos | 4.937 | 6.296 |
| Financiamentos programa de marketing | 27.148 | 29.020 |
| | 1.088.338 | 793.482 |
| Outros | - | 6.290 |
| Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa | (100.941) | (104.625) |
| | (100.941) | (98.335) |
| Total | 987.397 | 695.147 |
| Circulante | 974.296 | 674.992 |
| Não circulante | 13.101 | 20.155 |

⁽ⁱ⁾ A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados. Veja prática contábil na nota 16.ii.

O *aging* das contas a receber é o seguinte:

| | 31/12/2019 | Perda estimada | 31/12/2018 | Perda estimada |
|-----------------|-------------------|-----------------------|-------------------|-----------------------|
| A vencer | 902.433 | (1.203) | 626.166 | (1.196) |
| Vencidas: | | | | |
| Até 30 dias | 50.693 | (147) | 24.280 | (116) |
| De 31 a 60 dias | 16.886 | (1.293) | 7.808 | (1.359) |
| De 61 a 90 dias | 8.918 | (1.572) | 5.367 | (1.711) |
| Mais de 90 dias | 109.408 | (96.726) | 129.861 | (100.243) |
| | 1.088.338 | (100.941) | 793.482 | (104.625) |

A variação na provisão para créditos de liquidação duvidosa são as seguintes:

| | |
|--|------------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2018 | (112.643) |
| Adições/ Reversões | (16.215) |
| Baixas | 24.233 |
| Saldo em 1º de janeiro de 2019 | (104.625) |
| Adições/ Reversões | (12.898) |
| Baixas | 16.582 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | (100.941) |

6.4 Partes relacionadas

Prática contábil:

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Ativo circulante | | |
| Operações comerciais | | |
| Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱ⁾ | 1.820 | 1.158 |
| | 1.820 | 1.158 |
| Passivo circulante | | |
| Operações societárias/ contratuais | | |
| Raízen Energia S.A. ⁽ⁱⁱ⁾ | 6.515 | 14.994 |
| | 6.515 | 14.994 |

b) Transações com partes relacionadas:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|-----------------|-----------------|
| Receita operacional | | |
| Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱ⁾ | 18.117 | 14.284 |
| Elevações Portuárias S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | 596 | 572 |
| | 18.713 | 14.856 |
| Receita (despesa) | | |
| Raízen Energia S.A. ⁽ⁱⁱ⁾ | (35.230) | (39.929) |
| | (35.230) | (39.929) |

- (i) **Raízen Combustíveis S.A.**
Fornecimento de gás para postos de combustíveis.
- (ii) **Raízen Energia S.A. (RESA)**
Serviços compartilhados executados pela RESA de responsabilidade da Companhia.
- (iii) **Elevações Portuárias S.A.**
Fornecimento de gás.

c) Remuneração dos administradores e diretores:

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, nos exercícios estão apresentadas a seguir:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---------------|---------------|
| Benefícios de curto prazo a administradores | 24.070 | 32.634 |
| Benefícios pós-emprego | 407 | 191 |
| Outros benefícios de longo prazo | - | 547 |
| Transações com pagamentos baseados em ações | 1.842 | 1.030 |
| | 26.319 | 34.402 |

6.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Prática contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e subsequentemente ao custo amortizado.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- i. o montante da obrigação nos termos do contrato; e
- ii. o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita.

| Descrição | Encargos financeiros | | 31/12/2019 | 31/12/2018 | Vencimento |
|---|-----------------------|---------------------|------------------|------------------|------------|
| | Indexador | Taxa anual de juros | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | | | | |
| BNDES - Projeto VI | TJ462 + 1,80% | 8,37% | 144.574 | 316.854 | out/2020 |
| BNDES - Projeto VI | SELIC + 1,80% | 6,28% | 73.540 | 152.562 | out/2020 |
| BNDES - Projeto VII | TJLP + 2,00% | 7,57% | 83.174 | 107.731 | jun/2023 |
| BNDES - Projeto VII | SELIC + 1,96% | 6,45% | 52.031 | 63.852 | jun/2023 |
| BNDES - Projeto VII | TJLP | 5,57% | 1.667 | - | jun/2023 |
| EIB | USD + 3,88% | 3,88% | 31.770 | 89.003 | jun/2020 |
| | USD + 2,94% | 2,94% | 29.081 | 54.508 | set/2020 |
| | USD + LIBOR6M + 0,54% | 2,46% | 71.129 | 115.581 | mai/2021 |
| | USD + LIBOR6M + 0,61% | 2,66% | 89.336 | 130.402 | set/2021 |
| Resolução 4131 | USD + 3,67% | 3,67% | 313.493 | 292.173 | mai/2023 |
| Total dos empréstimos e financiamentos | | | 889.795 | 1.322.666 | |
| Debêntures | | | | | |
| 3ª emissão - 1ª série | CDI + 0,90% | 7,36% | - | 43.471 | set/2019 |
| 3ª emissão - 3ª série | IPCA + 5,57% | 9,84% | 108.133 | 203.613 | set/2020 |
| 4ª emissão - 1ª série | IPCA + 7,14% | 11,47% | 318.412 | 305.895 | dez/2020 |
| 4ª emissão - 2ª série | IPCA + 7,48% | 11,82% | 286.271 | 275.014 | dez/2022 |
| 4ª emissão - 3ª série | IPCA + 7,36% | 11,70% | 94.366 | 90.656 | dez/2025 |
| 5ª emissão - série única | IPCA + 5,87% | 10,15% | 859.996 | 767.638 | dez/2023 |
| 6ª emissão - série única | IPCA + 4,33% | 8,54% | 431.817 | 414.583 | out/2024 |
| 7ª emissão - série única | IGPM + 6,10% | 10,59% | 240.900 | 228.009 | mai/2028 |
| 8ª emissão - série única | CDI + 0,50% | 4,92% | 2.015.252 | - | out/2022 |
| Total das debêntures | | | 4.355.147 | 2.328.879 | |
| Total | | | 5.244.942 | 3.651.545 | |
| Circulante | | | 908.522 | 679.735 | |
| Não circulante | | | 4.336.420 | 2.971.810 | |

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|-------------------|------------------|------------------|
| 13 a 24 meses | 305.973 | 542.854 |
| 25 a 36 meses | 2.233.865 | 452.555 |
| 37 a 48 meses | 1.069.912 | 220.142 |
| 49 a 60 meses | 463.553 | 1.030.659 |
| 61 a 72 meses | 29.510 | 28.215 |
| 73 a 84 meses | 77.862 | 446.513 |
| 85 a 96 meses | 77.862 | 103.894 |
| Acima de 96 meses | 77.883 | 146.978 |
| | 4.336.420 | 2.971.810 |

Os valores contábeis de empréstimos, financiamentos e debêntures são denominados nas seguintes moedas:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Reais | 4.710.133 | 2.969.878 |
| Dólar ⁽ⁱ⁾ | 534.809 | 681.667 |
| | 5.244.942 | 3.651.545 |

ⁱ Em 31 de dezembro de 2019, todas as dívidas denominadas em dólares norte-americanos, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (Nota 6.8).

Alguns contratos de financiamento destinados a investimentos são garantidos por fiança bancária, com um custo médio de 0,99% ao ano. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de garantias bancárias contratadas era de R\$ 532.558 (R\$ 1.195.048 em 31 de dezembro de 2018).

Abaixo demonstramos a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

| | |
|--|------------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2018 | 4.212.504 |
| Captações | 482.449 |
| Amortização de principal | (1.263.509) |
| Pagamentos de juros | (230.333) |
| Juros, variação cambial e valor justo | 450.434 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 3.651.545 |
| Captações | 1.998.235 |
| Amortização de principal | (626.439) |
| Pagamentos de juros | (200.348) |
| Juros, variação cambial e valor justo | 421.949 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 5.244.942 |

a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Expansão da rede de distribuição de gás e está alocado a investimentos no ativo intangível, com as seguintes garantias oferecidas:

- Projeto VI - operação direta com o BNDES: garantia bancária dos bancos Bradesco (67,83%), Itaú (14,56%) e Safra (17,61%); e
- Projeto VII - operação direta com o BNDES: garantia bancária dos bancos Santander (39,69%), Safra (26,98%) e Sumitomo (33,33%).
- Novo contrato com o BNDES no valor de R\$ 2 bilhões assinado em dezembro de 2019 ainda não desembolsado.

b) EIB

Refere-se a empréstimos denominados em dólares norte-americanos, com juros à taxa LIBOR, com vencimento até 2021 e garantidos por fiança bancária. Os fundos foram utilizados para expandir e apoiar a rede de distribuição de gás natural.

c) Resolução 4.131

Refere-se a recursos captados fora do Brasil com diversas instituições financeiras, com vencimento até 2023, visando financiar o fluxo de caixa da Companhia. Para mitigar o risco cambial e de taxa de juros, instrumentos derivativos foram contratados.

Em 08 de maio de 2018 foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração a assinatura do contrato de financiamento entre a Companhia e The Bank of Nova Scotia. A operação, no valor de US\$ 75.000, tem prazo total de 5 anos e juros pré-fixados de 3,67% ao ano.

d) Debêntures

i. 3ª emissão

Em 15 de setembro de 2013, foram emitidas debêntures referente à 3ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos foram captados em três séries, totalizando R\$ 540.000. Atualmente apenas a 3ª série da 3ª emissão continua vigente.

Os juros serão pagos anualmente no mês de setembro até o final da transação.

O valor do principal e atualização monetária da terceira série será amortizado em duas parcelas anuais no sexto (50%) e sétimo (50%) anos, portanto o primeiro pagamento ocorreu em 15 de setembro de 2019 e o último pagamento será devido em 15 de setembro de 2020.

Em 17 de setembro de 2018, a Companhia realizou pagamento de juros e principal referentes à 3ª emissão de debêntures. As debêntures da 2ª série da 3ª emissão (GASP23) deixaram de ser negociadas em razão de seu vencimento.

Em 31 de dezembro de 2019, o percentual para o valor justo negociado no mercado secundário para da terceira série era 102,18% do preço unitário da curva.

ii. 4ª emissão

Em 15 de dezembro de 2015, foram emitidas debêntures referente à 4ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos foram captados em três séries, totalizando R\$ 591.894.

Os juros da primeira, segunda e terceira séries serão pagos anualmente em dezembro até o final da operação.

O principal e a atualização monetária da primeira série serão integralmente amortizados ao final da operação que ocorrerá em 15 de dezembro de 2020.

O valor do principal e atualização monetária da segunda série será amortizado em duas parcelas anuais no sexto (50%) e no sétimo (50%) anos, portanto o primeiro pagamento será devido em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento será devida em 15 de dezembro de 2022.

O valor do principal e atualização monetária da terceira série será amortizado nos seguintes anos: oitavo ano (33,33%), nono ano (33,335%) e décimo ano (33,335%).

Em 31 de dezembro de 2019, os percentuais de valor justo negociados no mercado secundário eram de 104,43% do preço unitário da curva para a primeira série, 110,88% para a segunda série, e 117,22% para a terceira série.

iii. 5ª emissão

Em 15 de dezembro de 2016, foram emitidas debêntures referente a 5ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos foram captados em série única, totalizando R\$ 675.000.

Os juros da série única serão pagos anualmente em dezembro até o final da operação.

O valor do principal e atualização monetária da série única será integralmente amortizado ao final da operação que ocorrerá em 15 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2019, o percentual do valor justo negociado no mercado secundário era de 110,11% do preço unitário da curva.

iv. 6ª emissão

Em 15 de outubro de 2017, foram emitidas debêntures referente a 6ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos foram captados em série única, totalizando R\$ 400.000.

Os juros da série única serão pagos anualmente no mês de outubro até o final da operação.

O valor do principal e atualização monetária da única série será integralmente amortizado ao final da operação que ocorrerá em 15 de outubro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2019, o percentual do valor justo negociado no mercado secundário era de 102,71% do preço unitário da curva.

v. 7ª emissão

Em 23 de maio de 2018 foram emitidas debêntures referentes a 7ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia.

Os recursos foram captados em série única, totalizando R\$ 215.000.

As debêntures da 7ª emissão fazem jus a uma remuneração correspondente a 6,10% + IGPM e possuem vencimento em 2028.

vi. 8ª emissão

Em 15 de outubro de 2019 foram emitidas debêntures referentes a 8ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia.

Os recursos foram captados em série única, totalizando R\$ 2.000.000.

As debêntures da 8ª emissão fazem jus a uma remuneração correspondente a CDI + 0,5% a.a. e possuem vencimento em outubro de 2022.

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

Algumas dívidas determinam a observância de determinados índices financeiros (*financial covenants*) conforme seguem abaixo:

| Dívida | Meta | Índice |
|----------------------|--|--------|
| Debenture 3ª Emissão | Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00 | 1,43 |
| Debenture 3ª Emissão | Endividamento de curto prazo / Endividamento total não poderá ser superior a 0,6 | 0,16 |
| Debenture 4ª Emissão | Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00 | 1,43 |
| Debenture 4ª Emissão | Endividamento de curto prazo / Endividamento total não poderá ser superior a 0,6 | 0,16 |
| Debenture 5ª Emissão | Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00 | 1,43 |
| Debenture 6ª Emissão | Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00 | 1,43 |
| Debenture 7ª Emissão | Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00 | 1,43 |
| Debenture 8ª Emissão | Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00 | 1,43 |

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

| | | |
|---|-------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Dívida líquida | 3.597.412 | 1.555.276 |
| LAJIDA (*) | 2.512.012 | 2.185.708 |
| (=) Dívida líquida/ LAJIDA | 1,43 | 0,71 |
| (*) últimos doze meses | | |
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Endividamento de curto prazo (líquido de derivativos) | 781.416 | 564.844 |
| Endividamento total (líquido de derivativos) | 4.881.055 | 3.282.617 |
| (=) Endividamento de curto prazo/Endividamento total | 0,16 | 0,17 |

6.6 Fornecedores

Prática contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 30 dias do reconhecimento.

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Fornecedores de gás/transportes | 815.798 | 838.105 |
| Fornecedores de materiais e serviços | 338.408 | 174.790 |
| | 1.154.206 | 1.012.895 |

A Companhia tem contratos de suprimento de gás natural com a Petrobras e a Gás Brasileiro, nas seguintes condições:

- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2008, com vigência até dezembro 2021, e com quantidade diária contratual de gás nacional de 5,22 milhões de m³/dia, denominado Firme Nacional.
- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, que se iniciará em janeiro de 2020, com vigência até dezembro 2023, e com quantidade diária contratual de gás nacional de 4,62 milhões de m³/dia, denominado NMG.
- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em junho 1999, com vigência até dezembro de 2021 e quantidade diária contratual de gás boliviano de 8,10 milhões de m³/dia, denominado TCQ.
- Contrato de gás inscrito no Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT) com a Petrobras, para abastecimento de 0,3 milhões de m³/dia com a Ingredion Brasil Ingredientes Industriais Ltda, com vigência até 31 de março de 2023.
- Contrato com a Gás Brasileiro na modalidade firme, iniciado em abril 2008, com vigência até 26 de março de 2021 e volume médio mensal contratado de 0,760 milhões de m³ e volume anual contratado de 9,12 milhões de m³.

Os contratos de fornecimento de gás natural, TCQ, têm o preço composto por duas parcelas (molécula e transporte): uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local. O preço do contrato NMG é indexado a *Brent*, com reajuste trimestral, e a parcela do transporte segue o mesmo racional do contrato TCQ, com reajuste anual com base no IGP-M.

6.7 Instrumentos financeiros derivativos

Prática Contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

- i. *hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou
- ii. *hedge* de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O justo valor total de um derivado de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. Para o risco coberto, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro de uma faixa de 60% a 140% (60% - 140% até 31 de dezembro de 2018).

| | <i>Nocional</i> ⁽ⁱ⁾ | | Valor justo | |
|--|--------------------------------|------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Risco de taxa de câmbio e juros | | | | |
| Contratos de Swap (juros) | 763.800 | 843.100 | 200.104 | 127.375 |
| Contratos de Swap (juros e câmbio) | 360.722 | 461.512 | 174.626 | 241.553 |
| | 1.124.522 | 1.304.612 | 374.730 | 368.928 |
| Total de instrumentos contratados pela Companhia no ativo | | | 374.730 | 368.928 |
| Circulante | | | 128.786 | 114.891 |
| Não circulante | | | 245.944 | 254.037 |

(i) Estes saldos equivalem ao valor de nocional em Dólar convertidos em R\$ pela taxa de Dólar do dia da contratação.

Os instrumentos financeiros derivativos são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

Hedge de valor justo

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de hedge foram os seguintes:

| | Valor Nocial (R\$) | Valor Contábil (R\$) | | Rubrica no balanço patrimonial | Ajuste acumulado de valor justo | |
|--------------------------|--------------------|----------------------|------------|--|---------------------------------|------------|
| | | 31/12/2019 | 31/12/2018 | | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Dívida | 763.800 | (976.974) | (982.744) | Empréstimo, financiamento e debêntures | (104.932) | (114.572) |
| 3ª emissão – 3ª série | 79.299 | (108.356) | (204.236) | | (14.822) | (34.040) |
| 5ª emissão – série única | 684.501 | (868.618) | (778.508) | | (90.110) | (80.532) |
| Derivativo | 763.800 | 200.104 | 127.965 | Instrumentos financeiros derivativos | 94.093 | 53.736 |
| 3ª emissão – 3ª série | 79.299 | 24.842 | 41.286 | | 5.510 | 11.488 |
| 5ª emissão – série única | 684.501 | 175.262 | 86.679 | | 88.583 | 42.248 |
| Total | | (776.870) | (854.779) | | (10.839) | (60.836) |

6.8 Mensurações de valor justo reconhecidas

Prática Contábil:

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. O uso de preços de mercado cotados.
- ii. Para swaps usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de observáveis no mercado;
- iii. Para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado.

Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

| | Valor contábil | | Ativos e passivos mensurados ao valor justo | |
|--|--------------------|--------------------|---|--------------------|
| | | | Nível 2 | Nível 2 |
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Ativos | | | | |
| Aplicações em fundos de investimentos | 608.660 | 190.413 | 608.660 | 190.413 |
| Títulos e valores mobiliários | 200.233 | 1.124.723 | 200.233 | 1.124.723 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 374.730 | 368.928 | 374.730 | 368.928 |
| Total | 1.183.623 | 1.684.064 | 1.183.623 | 1.684.064 |
| Passivos | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | (1.511.785) | (1.664.411) | (1.511.785) | (1.664.411) |
| Total | (1.511.785) | (1.664.411) | (1.511.785) | (1.664.411) |

7 Outros tributos a recuperar

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|----------------|----------------|
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) ⁽ⁱ⁾ | 135.143 | 154.331 |
| Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS) | 105.114 | 114.137 |
| Programa de Integração Social (PIS) ⁽ⁱ⁾ | 29.431 | 34.648 |
| Outros | 171 | 164 |
| | 269.859 | 303.280 |
| Circulante | 249.957 | 292.204 |
| Não circulante | 19.902 | 11.076 |

- i. Em 15 de março de 2017, o STF decidiu, em sede de repercussão geral, pelo provimento do Recurso Extraordinário 574.706 interposto contra decisão que determinava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia reconheceu em 2018 os créditos dos períodos posteriores a março de 2017 decorrentes das contribuições do PIS e da COFINS com base na decisão do STF no montante de R\$ 188.216 nas deduções de receitas e outras receitas. Importante salientar que os créditos de PIS e COFINS compõem o plano de contas do regulador e serão revertidos em favor dos usuários da concessão através de revisão tarifária ou reajuste anual, após o trânsito em julgado, conforme determina a Portaria CSPE nº 399/2006 e legislação de regência.

8 Gás pago e não retirado

Prática contábil:

Reconhecidos pelo custo, classificados como circulante ou não circulante a depender da expectativa de realização.

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|-------------------------|---------------|----------------|
| Gás pago e não retirado | 23.464 | 254.651 |
| | 23.464 | 254.651 |

Os contratos de suprimento de gás natural têm características específicas, como obrigações de retirada mínima por parte da Companhia.

Caso a Companhia consuma abaixo das obrigações contratuais, deverá efetuar o pagamento das diferenças entre o volume consumido e os volumes mínimos obrigatórios contratados, podendo compensá-los (através do consumo) ao longo do período de vigência do respectivo contrato, desde que o consumo exceda a quantidade mínima contratada.

9 Ativos intangíveis

Práticas contábeis:

a) Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão

A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão, necessários para a distribuição de gás, é depreciado pelo período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados.

A empresa não reconhece margem na construção da infraestrutura.

Os intangíveis em andamento são mensurados ao custo e capitalizados à medida em que estão disponíveis para uso da concessão.

b) Contratos com clientes

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

c) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

d) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A amortização dos ativos intangíveis reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros pela Companhia, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura.

A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

| | Contrato de concessão | Fidelização de clientes | Fidelização de clientes em andamento | Total |
|---|------------------------------|--------------------------------|---|--------------------|
| Valor de custo: | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2018 | 6.441.722 | 1.130.277 | 201.528 | 7.773.527 |
| Adições | - | - | 529.604 | 529.604 |
| Baixas | (136.276) | (402.266) | - | (538.542) |
| Transferências | 435.477 | 49.430 | (484.907) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 6.740.923 | 777.441 | 246.225 | 7.764.589 |
| Reclassificação para Ativos de contrato | - | - | (217.855) | (217.855) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reclassificado) | 6.740.923 | 777.441 | 28.370 | 7.546.734 |
| Adições | - | - | 85.439 | 85.439 |
| Baixas | (67.261) | (214) | - | (67.475) |
| Transferências | 447.862 | 46.918 | (58.477) | 436.303 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 7.121.524 | 824.145 | 55.332 | 8.001.001 |
| Valor de amortização: | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2018 | (2.156.162) | (976.490) | - | (3.132.652) |
| Adições | (263.584) | (79.573) | - | (343.157) |
| Baixas | 99.881 | 400.492 | - | 500.373 |
| Transferências | (360) | 360 | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | (2.320.225) | (655.211) | - | (2.975.436) |
| Adições | (272.597) | (62.839) | - | (335.436) |
| Baixas | 14.747 | 64 | - | 14.811 |
| Transferências | (8) | 300 | - | 292 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | (2.578.083) | (717.686) | - | (3.295.769) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reclassificado) | 4.420.698 | 122.230 | 28.370 | 4.571.298 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 4.543.441 | 106.459 | 55.332 | 4.705.232 |

Redução ao valor recuperável

Os ativos intangíveis de vida útil definida, que estão sujeitos à amortização, são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o que não ocorreu para o exercício. Não há intangíveis de vida útil indefinida na Companhia.

10 Ativos de contrato

| | Ativos de contrato |
|---|---------------------------|
| Valor de custo: | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reclassificado) | 217.855 |
| Adições | 813.341 |
| Transferência para ativo intangível | (436.595) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 594.601 |

Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram capitalizados R\$ 19.877 a uma taxa média ponderada de 7,29% a.a. (R\$ 9.917 e 8,94% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

11 Compromissos

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas regulatório e não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras aqui apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também internacionais (IFRS), uma vez que sua respectiva realização/ liquidação depende de deliberações da agência regulatória.

Ativos regulatórios (passivos):

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Custo de gás a recuperar / (repassar) | 427.335 | 504.175 |
| Créditos de tributos a repassar | (431.900) | (252.816) |
| Saldo | (4.565) | 251.359 |
| <i>Efeito no resultado do exercício</i> | | |
| Resultado não reconhecido antes IR/CS | (255.924) | 472.256 |
| Ativo (Passivo) regulatório | (115.597) | 672.810 |
| Passivo regulatório - tributos | (155.311) | (127.815) |
| | (270.908) | 544.995 |
| Atualização | 38.757 | 3.713 |
| Créditos fiscais extemporâneos | (23.773) | (76.452) |
| | (255.924) | 472.256 |

Compromissos com contratos de fornecimento

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, a Comgás possui um compromisso financeiro total em um valor presente estimado de R\$ 18.736.022 cujo valor inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em commodities quanto em transporte.

12 Imposto de renda e contribuição social

Prática contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido.

ii. Imposto de renda e contribuição social corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

iii. **Imposto de renda e contribuição social diferido**

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iv. **Riscos fiscais**

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

v. **Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | 1.993.963 | 1.921.880 |
| Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%) | (677.947) | (653.439) |
| <i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i> | | |
| Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.) | (15.861) | (5.566) |
| Juros sobre capital próprio | 56.084 | 48.144 |
| Outros | 10.940 | 28.414 |
| Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) | (626.784) | (582.447) |
| Taxa efetiva | 31,43% | 30,31% |

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Diferenças ativas: | | |
| Diferenças temporárias | 35.928 | 22.576 |
| Variação cambial - Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱⁱ⁾ | 6.904 | - |
| Provisão para demandas judiciais | 41.112 | 38.397 |
| Obrigação de benefício pós-emprego ⁽ⁱ⁾ | 214.387 | 171.469 |
| Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas | 9.439 | 9.265 |
| Conta corrente regulatória | 53.875 | 59.597 |
| Transações com pagamento baseado em ações | 1.754 | 869 |
| Arrendamento mercantil | 243 | - |
| Provisões de participações no resultado | 9.959 | - |
| Outros | 971 | 1.095 |
| Tributos diferidos - Ativos | 374.572 | 303.268 |
| Diferenças passivas: | | |
| Revisão de vida útil de imobilizado e intangível | (257.436) | (284.774) |
| Arrendamento mercantil | - | (14) |
| Intangível - Contrato de concessão | - | (6.745) |
| Resultado não realizado com derivativos | (82.477) | (104.613) |
| Outros | (16.200) | (9.548) |
| Tributos diferidos - Passivos | (356.113) | (405.694) |
| Total de tributos diferidos registrados | 18.459 | (102.426) |

⁽ⁱ⁾ O crédito relacionado à diferença de base contábil e fiscal do plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 16,5 anos.

⁽ⁱⁱ⁾ A Companhia optou pelo regime de caixa para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

| i. Impostos diferidos ativos | Obrigações pós-emprego | Benefícios a empregados | Provisões | Arrendamento mercantil | Outros | Total |
|---|------------------------|-------------------------|---------------|------------------------|---------------|----------------|
| Saldo em 1 de janeiro de 2018 | 149.881 | 291 | 149.353 | (14) | 116.709 | 416.220 |
| (Cobrado) / creditado do resultado do exercício dos outros resultados abrangentes | 4.948 | 578 | (79.115) | - | (56.016) | (129.605) |
| | 16.639 | - | - | - | - | 16.639 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 171.468 | 869 | 70.238 | (14) | 60.693 | 303.254 |
| (Cobrado) / creditado do resultado do exercício dos outros resultados abrangentes | 6.131 | 10.844 | 16.241 | 257 | (5.847) | 27.626 |
| Diferenças cambiais | 36.788 | - | - | - | - | 36.788 |
| | - | - | - | - | 6.904 | 6.904 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 214.387 | 11.713 | 86.479 | 243 | 61.750 | 374.572 |

| i. Impostos diferidos passivos | Imobilizado | Resultado não realizado com derivativos | Outros | Total |
|---|------------------|---|-----------------|------------------|
| Saldo em 1 de janeiro de 2018 | (312.113) | 1.513 | (14.468) | (325.068) |
| (Cobrado) / creditado do resultado do exercício | 27.339 | (106.126) | (1.825) | (80.612) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | (284.774) | (104.613) | (16.293) | (405.680) |
| (Cobrado) / creditado do resultado do exercício | 27.338 | 22.136 | 93 | 49.567 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | (257.436) | (82.477) | (16.200) | (356.113) |

c) Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)

| | |
|---|------------------|
| Saldo em 01 de janeiro de 2018 | 91.152 |
| Tributos diferidos reconhecidos no resultado do exercício | (213.493) |
| Adoção inicial CPC48/ IFRS 9 | 3.276 |
| Outros resultados abrangentes | 16.639 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | (102.426) |
| Tributos diferidos reconhecidos no resultado do exercício | 84.097 |
| Outros resultados abrangentes | 36.788 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 18.459 |

d) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada a provisão é revertida.

13 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Prática contábil:

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

| | Provisão para demandas judiciais | | Depósitos judiciais | |
|-----------------------------------|----------------------------------|----------------|---------------------|---------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Tributárias | 8.663 | 8.350 | 21.716 | 20.998 |
| Cíveis, ambientais e regulatórias | 47.213 | 44.420 | 20.828 | 19.528 |
| Trabalhistas | 72.859 | 68.202 | 9.560 | 12.359 |
| | 128.735 | 120.972 | 52.104 | 52.885 |

Movimentação das provisões para processos judiciais:

| | Tributárias | Cíveis, ambientais e regulatórias | Trabalhistas | Total |
|--|---------------|-----------------------------------|---------------|----------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2018 | 16.840 | 30.381 | 60.416 | 107.637 |
| Provisionado no exercício | 2 | 4.268 | 8.184 | 12.454 |
| Baixas por reversão / pagamento | (3) | (1.792) | (5.619) | (7.414) |
| Atualização monetária ⁽ⁱ⁾ | (1.371) | 4.445 | 5.221 | 8.295 |
| Transferência | (7.118) | 7.118 | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 8.350 | 44.420 | 68.202 | 120.972 |
| Provisionado no exercício | - | 2.187 | 7.219 | 9.406 |
| Baixas por reversão / pagamento | - | (4.339) | (10.808) | (15.147) |
| Atualização monetária ⁽ⁱ⁾ | 313 | 3.983 | 8.246 | 12.542 |
| Transferência | - | 962 | - | 962 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 8.663 | 47.213 | 72.859 | 128.735 |

⁽ⁱ⁾ Inclui baixa de juros por reversão.

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|-----------------------------------|------------------|------------------|
| Tributárias | 1.303.477 | 1.165.030 |
| Cíveis, ambientais e regulatórias | 93.158 | 90.391 |
| Trabalhistas | 35.954 | 37.840 |
| | 1.432.589 | 1.293.261 |

a) Tributárias

As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão destacadas abaixo:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| IRPJ/CSLL ⁽ⁱ⁾ | 760.961 | 729.571 |
| Compensação tributos federais | 459.599 | 342.830 |
| Outros | 82.917 | 92.629 |
| | 1.303.477 | 1.165.030 |

⁽ⁱ⁾ A Companhia teve ciência da não homologação de compensações de débitos tributários, utilizando créditos decorrentes de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), questionado em esfera administrativa.

As contingências tributárias referem-se as autuações fiscais principalmente na esfera Federal avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela administração e, portanto, sem constituição de provisão.

b) Trabalhistas

Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade solidária, dentre outros.

c) Cíveis

Os processos cíveis são advindos do curso normal das atividades da Companhia, envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos de acidentes ocorridos na rede.

14 Patrimônio líquido

Práticas contábeis:

a) Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social, 25%, são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em assembleia geral.

Os juros sobre o capital próprio são tratados como dividendos e são apresentados como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na

demonstração do resultado.

Os dividendos são calculados e pagos de acordo com as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil.

Reserva legal

Objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos. É constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

Foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2019 o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 386.283, passando de R\$ 1.650.032 em 31 de março de 2019, para R\$ 2.036.315, mediante: (i) capitalização da reserva especial de ágio no montante de R\$ 56.276; e (ii) capitalização da totalidade da reserva legal no montante de R\$ 330.007.

Em 11 de junho de 2019, o Conselho de Administração da Companhia, com parecer favorável do Conselho Fiscal, considerando que o capital social se tornou excessivo para o normal desenvolvimento dos negócios da Companhia e para a consecução do seu objeto social, aprovou a proposta de redução do capital social da Companhia, no valor de R\$ 1.500.000 sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia, com restituição, em dinheiro, aos acionistas de parte do valor de suas ações. Após o cumprimento de todos os requisitos legais aplicáveis a essa transação, a redução de capital foi efetivada no dia 27 de dezembro de 2019, sendo que o capital social da Companhia passou de R\$ 2.036.315 para R\$ 536.315.

O capital social está representado por 103.863 ações ordinárias sem valor nominal e totalmente integralizadas e 28.658 ações preferenciais de classe A, e sua composição é a que segue:

| Acionistas | Quantidade de ações - milhares em 31/12/2019 | | | | | |
|-------------------|---|---------------|----------------------|---------------|----------------|---------------|
| | Ordinárias | % | Preferenciais | % | Total | % |
| Cosan S.A. | 103.699 | 99,84 | 27.682 | 96,59 | 131.381 | 99,14 |
| Outros | 164 | 0,16 | 976 | 3,41 | 1.140 | 0,86 |
| Total | 103.863 | 100,00 | 28.658 | 100,00 | 132.521 | 100,00 |

Quantidade de ações - milhares em 31/12/2018

| Acionistas | Ordinárias | % | Preferenciais | % | Total | % |
|-------------------|-------------------|---------------|----------------------|---------------|----------------|---------------|
| Cosan S.A. | 100.789 | 97,41 | 4.984 | 17,46 | 105.773 | 80,12 |
| Outros | 2.684 | 2,59 | 23.566 | 82,54 | 26.250 | 19,88 |
| Total | 103.473 | 100,00 | 28.550 | 100,00 | 132.023 | 100,00 |

A movimentação da quantidade de ações no exercício está apresentada a seguir:

| Quantidades de ações | Ordinárias | Preferenciais | Total |
|----------------------------------|-------------------|----------------------|----------------|
| Em 31 de dezembro de 2017 | 101.917 | 28.121 | 130.038 |
| Aumento de capital | 1.556 | 429 | 1.985 |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 103.473 | 28.550 | 132.023 |
| Aumento de capital | 390 | 108 | 498 |
| Em 31 de dezembro de 2019 | 103.863 | 28.658 | 132.521 |

b. Lucros acumulados

Em 1º de janeiro de 2018

| | |
|---|-----------|
| Resultado líquido do exercício | 1.339.433 |
| Juros sobre capital próprio 2018, imputados como dividendo mínimo obrigatório | (141.599) |
| Constituição da reserva legal | (62.964) |
| Realização da reserva de reavaliação | 77 |
| Transferência para retenção de lucro | (678.315) |
| Dividendos | (456.632) |

Em 31 de dezembro de 2018

-

Em 1º de janeiro de 2019

| | |
|---|-----------|
| Resultado líquido do exercício | 1.367.179 |
| Juros sobre capital próprio 2019, imputados como dividendo mínimo obrigatório | (164.955) |
| Constituição da reserva legal | (68.359) |
| Transferência para retenção de lucro | (135.907) |
| Dividendos | (997.958) |

Em 31 de dezembro de 2019

-

c. Juros sobre capital próprio

Em 28 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, referente ao período compreendido em 1º de dezembro de 2018 e 28 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 10.520. O montante de R\$ 10.518 foi pago em 17 de janeiro de 2019.

Em 04 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, referente ao período compreendido em 1º de janeiro de 2019 e 30 de novembro de 2019, no valor de R\$ 164.955. O montante de R\$ 164.925 foi pago em 26 de dezembro de 2019.

d. Dividendos

Em 04 de dezembro de 2019, foi deliberado e aprovado o pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$ 997.958 com base nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia de 30 de novembro de 2019 e dividendos intermediários, distribuídos com base no saldo da reserva de lucros gerados no exercício anterior, no valor de R\$ 837.088, totalizando R\$ 1.835.046. O montante de R\$ 1.834.658 foi pago em 26 de dezembro de 2019.

| | |
|---|--------------------|
| Resultado líquido do exercício | 1.367.179 |
| Lucro disponível para distribuição em 31 de dezembro de 2019 | 1.367.179 |
| Constituição da reserva legal | (68.359) |
| Base de cálculo para distribuição dos | 1.298.820 |
| Dividendos mínimos obrigatórios - 25% | 324.705 |
| Juros sobre capital próprio bruto | (164.955) |
| Dividendos intercalares pagos | (997.958) |
| Juros sobre capital próprio e dividendos | (1.138.177) |
| Total do lucro a destinar em 2019 | 135.907 |

e. Destinação do saldo do resultado do exercício

Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei nº 6.404, artigo 199, assim como toda destinação do lucro líquido.

15 Lucro por ação

Prática contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. O lucro atribuível aos acionistas controladores, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. Pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. O efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. O número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação):

| Resultado básico por ação | 31/12/2019 | 31/12/2018 ⁽ⁱ⁾ |
|--|-------------------|----------------------------------|
| Numerador | | |
| Resultado do exercício | 1.367.179 | 1.339.433 |
| Ações ordinárias | 1.048.843 | 1.027.557 |
| Ações preferenciais | 318.336 | 311.876 |
| Denominador (em milhares de ações) | | |
| Média ponderada de número de ações ordinárias | 103.863 | 103.863 |
| Média ponderada de número de ações preferenciais | 28.658 | 28.658 |
| Resultado básico por ação | | |
| Ação ordinária | 10,09835 | 9,89341 |
| Ação preferencial | 11,10819 | 10,88275 |
| Efeito da diluição: | | |
| Numerador | | |
| Resultado do exercício | 1.367.179 | 1.339.433 |
| Ações ordinárias | 1.046.740 | 1.026.143 |
| Ações preferenciais | 320.439 | 313.290 |
| Denominador (em milhares de ações) | | |
| Média ponderada de número de ações ordinárias | 103.863 | 103.863 |
| Média ponderada de número de ações preferenciais | 28.905 | 28.827 |
| Resultado diluído por ação | | |
| Ação ordinária | 10,07811 | 9,87980 |
| Ação preferencial | 11,08592 | 10,86778 |

⁽ⁱ⁾ Devido à capitalização de reservas ocorrida em 25 de abril de 2019, a divulgação do resultado por ação foi ajustada retrospectivamente conforme CPC41, item 64.

A Companhia possui uma categoria de possível efeito diluidor, que são seus planos de remuneração baseados em ações, nesse caso é feito um cálculo para determinar o efeito da diluição no lucro atribuível aos acionistas da Companhia em razão do exercício das opções de ações.

16 Receitas

Prática contábil:

A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais:

i. Receita faturada

A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes baseado nas medições mensais realizadas.

ii. Receita não faturada

Receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A Companhia acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

iii. Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida no resultado na fase de finalização da obra.

Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção no final do período de relatório, e são incluídos no custo das vendas.

iv. Receita de prestação de serviços

As receitas de serviços são reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia no ano:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Receita bruta na venda de gás | 11.120.950 | 8.209.667 |
| Receita bruta na prestação de serviços | 73.342 | 69.788 |
| Receita de construção | 813.341 | 415.753 |
| Impostos e deduções sobre vendas | (2.493.411) | (1.855.197) |
| Receita operacional líquida | 9.514.222 | 6.840.011 |

17 Custos e despesas por natureza

Prática contábil:

Custo das vendas inclui o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos.

Custo dos serviços prestados compreende os gastos de pessoal e a amortização de ativos relacionados às prestações de serviços.

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza/ finalidade é a seguinte:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|--------------------|--------------------|
| Custo do gás | (4.885.497) | (3.767.874) |
| Custo do transporte e outros | (703.500) | (718.088) |
| Custo de construção | (813.341) | (415.753) |
| Despesas com pessoal | (234.661) | (209.462) |
| Despesas com materiais/ serviços | (324.087) | (306.179) |
| Amortização | (338.269) | (343.157) |
| | (7.299.355) | (5.760.513) |
| Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados | (6.402.338) | (4.901.715) |
| Despesas de vendas | (154.908) | (146.400) |
| Despesas gerais e administrativas | (742.109) | (712.398) |
| | (7.299.355) | (5.760.513) |

18 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Créditos fiscais extemporâneos | 23.773 | 76.452 |
| Indenizações ⁽ⁱ⁾ | - | 726.000 |
| Resultado nas alienações e baixas do intangível | (48.132) | (29.542) |
| Efeito líquido das demandas judiciais | (6.588) | (10.291) |
| Outros | (9.576) | 990 |
| | (40.523) | 763.609 |

- ⁽ⁱ⁾ Em 2018 a Comgás e Petrobras encerraram as ações judiciais propostas pela Comgás não relacionadas ao custo de gás, e como consequência, a Companhia foi indenizada e reconheceu o ganho líquido de tributos de R\$726.000.

19 Resultados financeiros

Prática contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor

recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Custo da dívida bruta | | |
| Juros sobre dívida | (259.674) | (291.993) |
| Ajuste a valor justo dívida e derivativos | (14.257) | (3.330) |
| Variação cambial sobre dívida | (27.518) | (93.780) |
| Derivativos de câmbio | 27.461 | 95.443 |
| Fianças e garantias sobre dividas | (20.925) | (25.824) |
| | (294.913) | (319.484) |
| | | |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 138.972 | 140.964 |
| | 138.972 | 140.964 |
| | | |
| Custo da dívida, líquida | (155.941) | (178.520) |
| | | |
| Outros encargos e variações monetárias | | |
| PIS e COFINS s/receitas financeiras | (8.667) | (19.209) |
| Juros sobre outras operações ⁽ⁱ⁾ | 32.548 | 313.971 |
| Juros sobre clientes | 33.057 | 23.486 |
| Juros sobre depósitos judiciais | 735 | 1.278 |
| Juros sobre passivo atuarial e outros | (47.351) | (13.470) |
| Outras variações monetárias | (11) | (24.939) |
| Juros sobre contingências | (8.715) | (9.465) |
| Despesas bancárias | (26.036) | (14.359) |
| | (24.440) | 257.293 |
| | | |
| Resultado financeiro, líquido | (180.381) | 78.773 |
| | | |
| Reconciliação | | |
| Despesas financeiras | (405.098) | (448.034) |
| Receitas financeiras | 205.637 | 482.342 |
| Variação cambial líquida | (27.518) | (93.810) |
| Derivativos ⁽ⁱⁱ⁾ | 46.598 | 138.275 |
| Resultado financeiro, líquido | (180.381) | 78.773 |

⁽ⁱ⁾ Em 2018 como consequência do encerramento das ações judiciais entre a Companhia e Petrobras, foi revertido todo o saldo de atualização financeira das provisões a pagar no montante de R\$ 177.423, bem como houve o reconhecimento da atualização do depósito judicial no valor de R\$ 101.583.

⁽ⁱⁱ⁾ Contempla o resultado de derivativo de câmbio e juros.

20 Gestão de risco financeiro

Prática contábil:

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

O gerenciamento de risco financeiro da Companhia é controlado pela tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos com taxa de juros flutuante protegidos.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela Política de Tesouraria.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em Dólar:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|------------|------------|
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | (534.810) | (681.667) |
| Instrumentos financeiros derivativos | 534.810 | 681.667 |
| Risco cambial líquido | - | - |

A sensibilidade do resultado às mudanças nas taxas de câmbio decorre principalmente de instrumentos financeiros denominados em dólares.

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos projetados para 31 de dezembro de 2020, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%.

O cenário provável considera as taxas de câmbio estimadas, realizadas por terceira parte especializada, na data de vencimento das operações (positivos e negativos, antes dos efeitos fiscais), da seguinte forma:

| | Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$) | | | | | |
|-------|---|----------|--------|--------|--------|--------|
| | 31/12/2019 | Provável | 25% | 50% | -25% | -50% |
| Dólar | 4,0307 | 4,0028 | 5,0035 | 6,0042 | 3,0021 | 2,0014 |

| Instrumento | Fator de risco | Provável | Cenário | | | |
|---|------------------------------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | | | 25% | 50% | -25% | -50% |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | Aumento na taxa de R\$/ US\$ | 3.702 | (132.777) | (265.554) | 132.777 | 265.554 |
| Derivativos de taxa de juros e câmbio | Queda na taxa de R\$/ US\$ | (3.702) | 132.777 | 265.554 | (132.777) | (265.554) |
| Impactos de (perda) ou ganhos no exercício | | - | - | - | - | - |

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia monitora as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e usam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis.

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil, ou BACEN, como segue:

| | Análise de sensibilidade das taxas de juros | | | | |
|---------|---|------|------|-------|-------|
| | Provável | 25% | 50% | (25%) | (50%) |
| SELIC | 4,50 | 5,63 | 6,75 | 3,38 | 2,25 |
| CDI | 4,61 | 5,76 | 6,92 | 3,46 | 2,31 |
| TJLP | 4,90 | 6,13 | 7,35 | 3,68 | 2,45 |
| TJLP462 | 5,90 | 7,13 | 8,35 | 4,68 | 3,45 |
| IPCA | 3,60 | 4,50 | 5,40 | 2,70 | 1,80 |
| IGPM | 4,10 | 5,12 | 6,15 | 3,07 | 2,05 |

Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos do CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

| | Provável | Cenário | | | |
|---|------------------|-----------------|------------------|---------------|----------------|
| | | 25% | 50% | (25%) | (50%) |
| Caixa e equivalentes de caixa | 49.945 | 12.486 | 24.973 | (12.486) | (24.973) |
| Títulos e valores mobiliários | 9.231 | 2.308 | 4.615 | (2.308) | (4.615) |
| Derivativos de taxa de juros | - | (54.230) | (96.830) | 40.151 | 92.476 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | (211.753) | (47.928) | (95.857) | 47.928 | 95.857 |
| Impactos de (perda) ou ganhos no exercício | (152.577) | (87.364) | (163.099) | 73.285 | 158.745 |

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|------------------|------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.083.410 | 602.618 |
| Títulos e valores mobiliários | 200.233 | 1.124.723 |
| Contas a receber de clientes ⁽ⁱ⁾ | 987.397 | 695.147 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 374.730 | 368.928 |
| Recebíveis de partes relacionadas | 1.820 | 1.158 |
| | 2.647.590 | 2.792.574 |

⁽ⁱ⁾ Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía uma carteira de aproximadamente 2,009 milhão de clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração, não havendo concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas, diluindo assim o risco de inadimplência.

A Companhia também está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários, e qualquer interrupção que afete seus intermediários financeiros também poderá afetar adversamente suas operações.

A exposição da Companhia ao risco de recebíveis comerciais (Nota 5.3) é reduzida, dada a característica pulverizada da base de clientes. No entanto, ainda mantém reservas para potenciais perdas de crédito. O controle de risco avalia a qualidade de crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites estabelecidos pela Administração. A conformidade com os limites de crédito pelos clientes é regularmente monitorada pela auditoria interna.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”, reduzindo substancialmente o risco de crédito. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é determinado por instrumentos de classificação amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|-----|-------------------|-------------------|
| AAA | 1.133.013 | 1.604.865 |
| AA | 525.360 | 491.404 |
| | 1.658.373 | 2.096.269 |

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrará dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia em administrar a liquidez é assegurar, na medida do possível, que tenha liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação da Empresa.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

| | 31/12/2019 | | | | 31/12/2018 | |
|--|--------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|--------------------|--------------------|
| | Até 1 ano | De 1 a 2 anos | De 3 a 5 anos | A mais de 5 anos | Total | Total |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | (1.104.943) | (506.317) | (4.212.729) | (431.490) | (6.255.479) | (4.882.530) |
| Instrumentos financeiros derivativos | 163.748 | 47.590 | 219.486 | - | 430.824 | 360.761 |
| Fornecedores | (1.154.206) | - | - | - | (1.154.206) | (1.012.895) |
| Outros passivos financeiros | (92.111) | - | - | - | (92.111) | (52.868) |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | (1.450) | - | - | - | (1.450) | (11.551) |
| Parcelamento de débitos tributários | (626) | (628) | (1.267) | (4.750) | (7.271) | (7.729) |
| Arrendamentos | (2.614) | (1.941) | (7.696) | (2.565) | (14.816) | - |
| Pagáveis a partes relacionadas | (6.515) | - | - | - | (6.515) | (14.994) |
| | (2.198.717) | (461.296) | (4.002.206) | (438.805) | (7.101.024) | (5.621.806) |

21 Benefícios pós-emprego

Prática contábil:

O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada data de balanço.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

A Companhia oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Os detalhes do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Obrigação de benefício definido inicial | 507.418 | 445.526 |
| Custo dos serviços correntes | 480 | 584 |
| Juros sobre obriga o atuarial | 45.601 | 41.225 |
| Perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras | 113.609 | 13.702 |
| Perdas/(ganhos) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência | (4.726) | 33.636 |
| (Ganhos) atuariais decorrentes de altera es nas premissas demográficas | - | (447) |
| Benefícios pagos | (29.517) | (26.808) |
| Obriga o de benefício definido final | 632.865 | 507.418 |
| Valor justo inicial dos ativos do plano | (3.098) | (4.699) |
| Receitas de juros | (273) | (447) |
| Retorno dos investimentos no ano (excluida a receita de juros) | (683) | 2.048 |
| Contribui es do empregador | (28.053) | (26.808) |
| Benefícios pagos | 29.791 | 26.808 |
| Valor justo final dos ativos do plano | (2.316) | (3.098) |
| Passivo líquido de benefício definido | 630.549 | 504.320 |

A Companhia possui obriga es relacionadas a planos de benefícios pós-emprego, que incluem assistência médica e incentivo a aposentadoria, pagamento de doença e pensão por incapacidade, são reconhecidas de acordo com a Delibera o CVM695.

O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados para o  ndice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade de aposentadoria.

A Companhia mant m com o Bradesco Vida e Previdência S.A., o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), plano de previdência aberta complementar, estruturado no regime financeiro de capitaliza o e na modalidade de contribui o variável, aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O plano é o de renda fixa e tem como objetivo a concessão de benefício de previdência, sob a forma de renda mensal vitalícia.

A despesa total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Custo dos serviços correntes | 480 | 584 |
| Juros sobre obriga o atuarial | 45.601 | 41.225 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (273) | (447) |
| Impacto no resultado do exercício | 45.808 | 41.362 |

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes | | |
| Perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras | (113.609) | (13.702) |
| Ganhos e (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência | 5.409 | (35.684) |
| Ganhos atuariais decorrentes de altera es nas premissas demográficas | - | 447 |
| Perdas atuariais líquidas | (108.200) | (48.939) |

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios da Companhia são as seguintes:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|----------------------------|----------------------------|
| Taxa de desconto | 7,43% a.a. | 9,30% a.a. |
| Taxa de inflação | 3,70% a.a. | 4,00% a.a. |
| Crescimento salarial médio | 6,81% a.a. | 7,12% a.a. |
| Morbidade (<i>aging factor</i>) | 3,00% | 3,00% |
| Inflação médica | 6,81% a.a. | 7,12% a.a. |
| Mortalidade geral (segregada por sexo) | AT-2000 | AT-2000 |
| Mortalidade de inválidos | IAPB-1957 | IAPB-1957 |
| Entrada em invalidez (modificada) | UP-84 Modificada | UP-84 Modificada |
| Rotatividade | 0,60/(tempo de serviço +1) | 0,60/(tempo de serviço +1) |

O plano de benefício foi avaliado pela administração em conjunto com os especialistas (atuários) ao final do exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vem sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na nota 12.

Em 31 de dezembro de 2019, a duração média ponderada da obrigação de benefício definido erar de 16,5 anos (2018 de 13,8 anos).

Análise de sensibilidade

Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, embora mantendo outras premissas, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

| Taxa de desconto | |
|-------------------------|----------------|
| Aumento | Redução |
| 0,50% | -0,50% |
| (42.525) | 48.426 |

Não houve alteração em relação aos anos anteriores nos métodos e premissas utilizados na elaboração da análise de sensibilidade.

22 Pagamento baseado em ações

Prática contábil:

Transações liquidadas com ações

O custo de transações liquidadas com ações com executivos é mensurado por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data em que são concedidos, e é reconhecido como despesa durante o período de aquisição, que termina na data em que os empregados têm direito ao prêmio. Um crédito correspondente é reconhecido no patrimônio líquido.

O modelo *Black-Scholes* foi utilizado na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e dividendos.

O quadro abaixo apresenta os dados dos programas de pagamento baseados em ações:

| Data do programa | Expectativa de exercício (anos) | Taxa de juros | Volatilidade | Quantidade em 31/12/2019 | | | Preço de mercado na data de outorga | Valor justo na data de outorga R\$ (i) |
|------------------|---------------------------------|---------------|--------------|--------------------------|------------------------------|----------------|-------------------------------------|--|
| | | | | Ações outorgadas | Ações exercidas / canceladas | Em 31/12/2019 | | |
| 20/04/2017 | 5 | 12,16% | 27,20% | 61.300 | (4.725) | 56.575 | 47,80 | 37,29 |
| 12/08/2017 | 5 | 10,09% | 30,00% | 97.780 | (6.000) | 91.780 | 54,25 | 36,37 |
| 01/08/2018 | 5 | 10,56% | 32,38% | 96.787 | - | 96.787 | 59,66 | 37,45 |
| 31/07/2019 | 5 | 10,56% | 32,38% | 83.683 | - | 83.683 | 79,00 | 78,58 |
| | | | | 339.550 | (10.725) | 328.825 | | |

Mensuração de valores justos

O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e as principais premissas utilizadas na aplicação do modelo Black-Scholes foram as seguintes:

| | Plano de remuneração baseado em ações | |
|---|---------------------------------------|------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Média ponderada do valor justo na data da outorga | 78,58 | 37,45 |
| Média ponderada das principais premissas: | | |
| Preço de mercado na data de outorga | 79,00 | 59,66 |
| Taxa de juros | 6,82% | 10,56% |
| Dividendos esperados | (5,39) | (7,19) |
| Volatilidade | 32,81% | 32,38% |

A volatilidade esperada foi estimada considerando a volatilidade histórica do preço da ação da Companhia em período proporcional ao prazo esperado. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral do detentor da opção.

Reconciliação de opções de ações em circulação

O movimento no número de prêmios em aberto e seus preços de exercício médios ponderados relacionados são os seguintes:

| | Plano de remuneração baseado em ações |
|--|--|
| Saldo em 1º de janeiro de 2018 | 159.080 |
| Outorgado | 96.787 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 255.867 |
| Outorgado | 83.683 |
| Exercido | (10.725) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 328.825 |

Despesa reconhecida no resultado

A despesa de remuneração baseada em ações incluída na demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi a seguinte:

| | Plano de remuneração baseado em ações |
|-------------------|--|
| 31/12/2018 | 1.699 |
| 31/12/2019 | 2.603 |

23 Eventos subsequentes

Em 14 de janeiro de 2020, divulgamos aos acionistas e ao mercado em geral que a Cosan contribuiu ao capital social da sua subsidiária Distribuidora de Gás Participações S.A (DG) a totalidade das ações que detinha da Comgás, ou seja, 103.699.333 ações ordinárias e 27.682.044 ações preferenciais, equivalentes a 99,14% do capital social total da Comgás. Tal contribuição não altera a composição do controle ou gestão da Comgás, uma vez que a Cosan, como titular da totalidade das ações de emissão da DG, será controladora indireta da Comgás.

Em 28 de janeiro de 2020, foi deliberado e aprovado o pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$ 135.907 com base nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 à conta do lucro líquido do referido período. O pagamento foi realizado em 10 de fevereiro de 2020.